

1 **Ata da 92ª Reunião Ordinária do Conselho**
2 **Estadual de Meio Ambiente - CEMA, realizada**
3 **no dia vinte e nove de Abril de dois mil e quinze,**
4 **às quatorze horas e trinta minutos, no Salão das**
5 **Araucárias - Auditório Araucária - Av.**
6 **Comendador Franco 1341- Curitiba - PR, sob a**
7 **Presidência do Sr. Ricardo Soavinski, e**
8 **secretariada pelo Sr. João Batista Campos -**
9 **Secretário Executivo.**

10 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Senhoras e senhores
11 iniciaremos então a nonagésima segunda reunião ordinária, com a abertura do Secretário
12 de Estado de Meio Ambiente, Ricardo Soavinski.

13 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo
14 Soavinski (SEMA):- Boa tarde a todos, Conselheiros, presentes, muito obrigado pela
15 presença. Para mim está sendo um prazer muito grande estar podendo presidir esta
16 importante reunião. Na esfera ambiental do Estado do Paraná é o nosso Conselho
17 máximo, é a instância mais importante, eu diria de participação, deliberação, discussão e
18 formulação da nossa política estadual e entendo que da mesma que o CONAMA, e aí
19 tenho um pouco mais de vivência já que eu vim da esfera federal. Aqui no Estado, no
20 CEMA é a primeira vez que eu participo, e tendo a honra ainda de presidir esta reunião.
21 Mas, enfim, queria primeiramente dar às boas-vindas a todos vocês, agradecer mais uma
22 vez muitíssimo a presença, em nome do Secretário Sílvio Barros aqui presente, também
23 colega, Secretário de Planejamento, cumprimentar a cada um de todos vocês senhores e
24 senhoras aqui presentes.

25 Eu, nesses quatro meses que tomei posse aqui no Estado, tomamos né Sílvio, e
26 mais alguns talvez presentes nos respectivos cargos, logicamente tive que fazer uma
27 imersão e brinco às vezes com o pessoal que trabalha comigo que é quase um efeito
28 esponja de absorção, de muita informação, apesar de vir da área ambiental. Para os que
29 não me conhece, eu sou oceanógrafo, sou servidor público federal da carreira de
30 especialista em analista de meio ambiente do Governo Federal. Sou aqui do Paraná, mas
31 não estava aqui no Paraná nesses últimos anos, e logicamente, por mais que a gente
32 entenda um pouco dos assuntos, tem muita coisa que é específica do local e o histórico
33 local, às vezes coisas que o Estado está mais avançado e outras questões. Alguns
34 passivos também tem um histórico de funcionamento, histórico de funcionamento aqui
35 do próprio CEMA e logicamente que a gente fica muito feliz porque a gente vê muitos
36 avanços, o Paraná tem uma situação privilegiada tanto do ponto de vista econômico, de
37 desenvolvimento, mas também de proteção do seu patrimônio natural, e do ponto de
38 vista legal, de participação, de deliberação dos assuntos de forma bastante participativa,
39 também um histórico bastante interessante.

40 E eu, enquanto Secretário de Estado de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos,
41 uma coisa posso afirmar para vocês que foi o que afirmei na minha posse, na
42 transmissão de cargos no começo de janeiro, que o primeiro de tudo é a forma de
43 trabalhar. Queria aproveitar a oportunidade aqui e falar um pouquinho a vocês, a gente
44 tem que falar a que viemos. Então, a primeira é a forma de trabalhar. Sempre acostumei
45 a trabalhar e assim tem que ser, a sociedade cada vez mais exige que assim seja a
46 própria legislação, da maneira mais participativa possível, buscando a integração entre
47 os vários setores. O meio ambiente não pode ser de outra maneira que não seja na
48 transversalidade, nos diferentes setores de Governo e logicamente com setores da
49 sociedade civil organizada, empresariados, setores produtivos e sempre com uma visão

50 em busca de parceria. Isso é importantíssimo, vale para todos os setores de governo
51 como as associações, as ONGs, enfim, todos os setores da sociedade. Tenho falado isso
52 bastante também para os órgãos que são vinculados às Secretarias. A nossa Secretaria
53 tem que ter um papel de coordenação, de estabelecimento das políticas, lógico que
54 ouvindo e passando e discutindo, usando o máximo o Conselho. O CEMA é para isso,
55 mas que entre nós, né Tarcísio, Amilcar, o Zem, o Irã representando o Instituto das
56 Águas, são quatro vinculadas, a gente tem exercitado muito esse diálogo e a forma de
57 trabalhar, isso do pedido de vistas da estrutura governamental de meio ambiente aqui no
58 Paraná.

59 Até agora tem sido fabuloso o trabalho, até agradeço aqui em público os
60 dirigentes das vinculadas que temos tido um trabalho na verdade de verdadeiros
61 parceiros mesmo para restabelecer uma série de ações e de diretrizes, enfim, algumas
62 que devem ser resgatadas, outras fortalecidas e outras que devem ser criadas e tocadas
63 em frente. Mas sempre na visão de os papéis sempre bem definidos da Secretaria e
64 logicamente das vinculadas que são os executores. Essa é a forma que entendo que deve
65 ser seguida, é a que temos buscado não só internamente no Governo, mas com todos os
66 setores que tive a oportunidade de, até o momento, visitar, me reunir, conversar e não
67 foram poucos. Alguns, até muitas vezes, já estivemos presentes discutindo vários temas
68 como a FIEP, por exemplo, que trabalha em ampla parceria em várias frentes com a
69 gente, inclusive amanhã tem mais um evento com eles de manhã que é a questão do
70 registro de emissões.

71 Do ponto de vista de ações, de prioridades, eu não quero me alongar, temos uma
72 pauta a seguir, mas só para pontuar algumas questões que julgamos bastante importante
73 de conhecimento de todos vocês. A primeira delas voltada à proteção do patrimônio
74 natural que o Paraná tem logicamente que nós temos um foco bastante grande nessas

75 unidades de conservação. Isso é o que abriga grande parte do nosso patrimônio natural,
76 tanto estadual como as federais que não são nossas atribuições, mas temos que trabalhar
77 em parceria também com o Governo Federal e CMBio, e as municipais que têm áreas
78 bastante relevantes em todo o Estado e áreas ainda por serem criadas, transformadas e
79 implementadas por unidades de conservação. Isso sem deixar de lado, muito pelo
80 contrário, e cada vez deve ter mais apoio às reservas particulares do patrimônio. O
81 Paraná tem de mata atlântica em torno de 8% de remanescentes, é uma área
82 considerável, uma paisagem belíssima e temos que aproveitar.

83 E falando em unidades de conservação logicamente temos que ressaltar todos os
84 seus aspectos, tanto a geração de conhecimento na área da ecologia, da biologia, da
85 sociologia, enfim, tem muitas áreas, mas também o uso apropriado de cada categoria
86 dessas áreas como uso público, a visitação e turismo que entendemos que devem ser
87 implementadas, lógico que com responsabilidade, mas vendo como um importante
88 instrumento para aproximar a sociedade dessas unidades e valorizá-las e gerar também
89 riquezas com conservação. Por que não? Nós precisamos!

90 Outra linha que logicamente devemos apoiar são todas as boas práticas
91 ambientais como os instrumentos econômicos, como o pagamento por serviços
92 ambientais. Nós temos uma lei aprovada em torno de dois anos, a do Bioclima, que
93 prevê pagamentos de serviços ambientais. Infelizmente não foi possível implementar até
94 hoje, mas em breve creio que o governador estará assinando um decreto
95 regulamentando já o PSA no Paraná para as várias tipologias de PSA, tanto na parte de
96 água, de recursos hídricos, como esperamos fazer para as RPPN's e outras tipologias
97 que esperamos tocar em frente. Lógico que precisamos de dinheiro para isso, vamos
98 discutir bastante sobre isso aqui, não é tema hoje, mas só para apontar. Creio eu que os
99 recursos aparecerão, né Sílvio, com certeza. Têm alguns já em vista, estamos

100 trabalhando para isso e com certeza isso nós entendemos que é um instrumento
101 econômico bastante importante.

102 A questão da gestão ambiental, e aí pegando como foco na questão do
103 licenciamento, monitoramento, proteção, fiscalização é um tema que lógico que tanto
104 quanto o CONAMA creio eu que muito, o CEMA que já tratou desse assunto, é uma
105 área que temos que ter lógico todas as atenções. No nível federal em um movimento
106 bastante grande tanto do nosso Parlamento, do nosso Congresso, com medidas ou
107 ameaças a todo o momento de mexer na legislação. E tem uma iniciativa por parte da
108 associação, aí é mais informando vocês, uma iniciativa por parte das Associações das
109 Entidades de Meio Ambiente, de fazer uma proposição. Há poucos dias alguns de
110 vocês, não sei se todos, acompanharam pela imprensa uma reunião que houve aqui,
111 estão correndo várias reuniões em todo o Brasil para começar a discutir, ter uma
112 proposição de alguns ajustes na legislação vigente, nas Resoluções 001 e na 237. Isso é
113 importante, muito se fala há muitos anos e creio que isso vai ter rebatimento aqui
114 também, no CEMA é um dos assuntos mais importante que talvez a gente venha ter que
115 tratar e acompanhar.

116 Mas em nível de Estado a questão do licenciamento tem avançado bastante.
117 Tenho conversado muito, muito presente com o Tarcísio e toda a equipe do IAP no que
118 diz respeito a avançar nos instrumentos para dar agilidade, qualidade necessária. A
119 demanda é muito grande, quase já passando dos limites operacionais, mas o Governo do
120 Estado e o IAP tomaram algumas medidas no sentido da informatização, criando um
121 sistema para isso, que boa parte já está pronto e operacional que nos dá muito mais
122 garantias, muito mais uniformidade em tratamento e com isso a possibilidade, que é
123 outra iniciativa, que é fruto da Lei Complementar 140 e CEMA que trabalhou muito

124 nisso, criando critérios e tal para ocorrer a descentralização aos municípios de
125 licenciamento de impacto local.

126 Quando eu assumi eu conversei muito com o Tarcísio, conversei com o
127 governador também que isso deve ser fortalecido, acelerado, mas acompanhado, lógico,
128 de todas as medidas para que dê qualidade, transparência, monitoramento e para isso é
129 fundamental, julgamos também a questão da capacitação, não só nisso como em várias
130 frentes. Depois vou passar nos informes gerais para vocês o número de municípios que
131 já estão com o processo de descentralização feito, oficializado, alguns já operando, mas
132 entendo que a gente pode dar uma acelerada, uma incrementada nesse procedimento.

133 A outra questão importantíssima é a questão da proteção dos nossos
134 remanescentes florestais, da nossa fauna, da nossa flora, ou seja, do patrimônio natural
135 como um todo do Estado do Paraná.

136 Temos hoje um número reduzido de fiscais comparado a outros tempos. Por
137 outro lado temos tecnologia, temos mais informação, porém algumas medidas são
138 necessárias ainda, como logicamente imagino que vai ser provocado mas é bom que já
139 antecipe as informações. Existe uma cobrança, uma revitalização de um convênio com o
140 Batalhão da Polícia Ambiental do Estado, não que isso impossibilite ou inviabilize que
141 eles fiscalizem e atuem, isso não impossibilita. Mas já adianto a todos os senhores e
142 senhoras aqui Conselheiros que este assunto está sendo tratado, bem tratado por mim e
143 pelo Tarcísio, pelas nossas equipes, junto à Secretaria de Segurança na pessoa do
144 próprio Secretário e sua equipe. A nossa ideia é ter um restabelecimento em cima de um
145 programa de proteção, em outras bases, não só de tarefa, mas de forma de atuação, mais
146 estreita e mais integrada do que era. Ou seja, à medida de que as coisas andem e
147 evoluam, baseado em resultados e em problemas, tudo o que a gente faz nem tudo são
148 acertos às vezes trazem logicamente problemas que tem que ser aperfeiçoados, como

149 tudo o que a gente faz. Esse é um assunto que em breve deveremos estar restabelecendo
150 o nosso formato de trabalho conjunto e entendemos que isso reforça em muito o
151 trabalho de proteção.

152 E falo de proteção porque não é só a ação fiscalizatória, a ação para realmente
153 proteger o nosso patrimônio natural vai muito além que só fiscalização. Entendemos
154 que não só o Batalhão da Polícia como outros entes podem ajudar e trabalhar de
155 maneira mais integrada e ter um resultado muito mais efetivo do que ficar se tratando só
156 de ações fiscalizatórias. Acho que não é por aí. Acho que todos que atuam na área
157 conhecem muito bem, sabem muito bem da necessidade de hoje usar a inteligência,
158 tecnologia, estabelecer prioridades, regiões, territórios, cronogramas e atuações bastante
159 conjuntas.

160 Bem, tem uma série de assuntos para tratarmos aqui, estou falando de uma
161 maneira geral, vou colocar uma provocação desde já, mas no final da reunião eu vou
162 fazê-la novamente que entendo que a gente pode e deve construir uma agenda de
163 trabalho, uma pauta de trabalho para o biênio de todos que estarão tomando posse e dos
164 que já estavam e continuam, mas é interessante que a gente estabeleça uma pauta.

165 Seguindo alguns pontos que devemos avançar, a questão de resíduos sólidos, a
166 questão da logística reversa, tem uma série de acordos firmados com vários setores
167 empresariais por meio da FIEP. Estamos dando todo o apoio, isso estava indo bem e
168 deve ser tocado com mais ênfase ainda, a questão dos recursos hídricos.

169 Esses dias eu estava em um evento e falei lá na entrada, e conversei bastante com
170 toda a nossa equipe, que cada vez mais precisamos ter uma visão mais sistêmica, mais
171 integrada, mais próxima entre as ações de meio ambiente e recursos hídricos. Lógico,
172 cada um fica muito focado no seu dia a dia, nas tarefas que não são poucas, da mesma
173 maneira que o licenciamento ambiental tem uma pressão muito grande, o volume é

174 muito grande de demanda na área de recursos hídricos de outorgas também. A pressão é
175 muito grande, o volume é muito e todos sabem do decréscimo de funcionários que
176 tivemos em toda a área ao longo dos anos, tanto no Águas Paraná quanto no IAP. Então,
177 esse é um desafio bastante grande.

178 Na questão de mudanças climáticas, tanto na parte de prevenção como de
179 adaptação, temos muito a fazer como o registro público de emissões, depois de controle,
180 verificação, e na parte de adaptação também, porque cada dia isso é mais presente e
181 mais verdadeiro. Todos podem sentir as mudanças acontecem, a gente começa a sentir
182 os picos de temperatura, os excessos concentrados de chuva, os usos já um passivo
183 grande não só no nosso Estado mas em todo o país. Na verdade em todos os países dos
184 diferentes usos, colocando as pessoas cada vez mais em risco e com essas mudanças e
185 esses picos de cheias ou de secas ou de temperaturas, cada vez mais teremos que nos
186 adaptar e fazer a prevenção.

187 Agora, esta semana mesmo, está tendo um curso com o pessoal da ONU que está
188 aí, tem até alguns funcionários nossos lá de cidades resilientes. Julgamos bastante
189 importante, cada vez vamos ter que trabalhar mais nisso com profundidade. Mas, enfim,
190 é uma série de iniciativas, algumas que já existiam, outras que começam, outras que
191 damos mais ênfase, mas iniciativas extremamente importantes e interessantes.

192 E têm questões de educação ambiental extremamente importante, uma visão
193 cada vez mais de transversalidade, todos os setores, o próprio programa de educação
194 ambiental do Estado como prevê a legislação que nós ainda temos que desenvolver
195 ainda. Existe a iniciativa, mas nós temos que desenvolver o nosso programa no Estado.
196 É mais um desafio.

197 E por último, para dar conta de tudo isso e muito mais, porque aqui eu falei uma
198 parte dos nossos desafios e das coisas que estão acontecendo, das ações que estão

199 acontecendo, muitos têm perguntado e questionado, tanto de maneira informal, formal e
200 até por escrito é a questão dos nossos quadros de funcionários, das nossas diversas
201 instituições. Se fosse só na área ambiental seria mais fácil de resolver, mas é na maioria
202 das instituições do nosso Estado. Precisamos investir fortemente nisso e na área
203 ambiental já está no limite.

204 O que posso colocar para vocês é que nós entramos bastante firme nesse assunto,
205 mesmo entendendo o momento econômico do Estado, que esperamos todos que passe
206 rapidamente desse momento mais crítico. Já tem uma sinalização bastante positiva que
207 passando desse momento crítico talvez a área ambiental seja a primeira a receber
208 autorização para realizar os nossos concursos. Lógico que ainda não é o número que se
209 necessita, mas pelo menos começar a repor os quadros de funcionários e aproveitar todo
210 o aprendizado daqueles que lá estão por mais tempo, que possam, antes de sair, passar
211 todo o aprendizado aos que vão chegar. Estou vendo ali o nosso representante da
212 Secretaria da Cultura, acho que é a mesma situação. Em todo o lugar que a gente anda é
213 a mesma situação, mas realmente na área ambiental o problema é bastante grave. Creio
214 eu, muitas vezes foi anunciado, até no Paraná, que o concurso ia sair acabou não saindo,
215 mas creio eu, o governador está muito sensível, o secretariado faz parte do Conselho
216 Econômico também do Estado, extremamente sensível para a nossa situação e a
217 sinalização é bastante positiva que teremos um concurso em breve. Não podemos dar
218 nenhuma garantia, mas a sinalização, né Sílvio, é bastante positiva.

219 E logicamente que, além dos cursos, buscar outras formas criativas que a gente
220 pode ter por meio de parceiros ampliar a nossa força de trabalho. E lógico que a
221 capacitação é um ponto extremamente importante que devemos investir também.
222 Estamos formulando já um bom programa de capacitação para a área ambiental do
223 Estado e não só para os funcionários efetivamente do Estado, mas todos os parceiros. E

224 aí a questão dos municípios é extremamente importante neste processo de
225 descentralização, que a gente tenha realmente o componente em todo o nosso
226 planejamento de capacitação bastante reforçado.

227 Para começar o trabalho e apresentar as ideias que temos para prosseguir ao
228 longo desse mandato, do tempo que temos, são essas. Tem muitas outras, muitas ações,
229 a intensidade dos trabalhos têm sido enorme mas muito bacana, muito feliz em poder
230 estar participando de todo esse processo no nosso Estado. E mais uma vez ressaltando,
231 vou encerrando as minhas palavras, ressaltando o papel deste Conselho. Nós não
232 pretendemos tratar aqui e usar daquela formalidade. Ou seja, trazer para cá aquilo que é,
233 vamos supor, entre aspas, “obrigatório”. Vamos tentar utilizar ao máximo este Conselho
234 para fazer daqui o nosso espaço de debate, de construção, de formulação e de ganhar
235 forças e buscar os melhores caminhos para garantir a proteção do nosso patrimônio
236 natural e buscar as melhores práticas para todos os setores da nossa economia.

237 Então, é isso. Mais uma vez queria dar as boas-vindas, agradecer a presença de
238 todos e desejar sucesso a todos, principalmente àqueles que estão assumindo como
239 Conselheiros da mesma forma que eu.

240 Eu já vou pedir ao nosso experiente João e permita-me quebrar o protocolo e o
241 Secretário Sílvio Barros, do Planejamento, é bastante conhecedor da nossa temática
242 como muitas outras e ele não vai poder ficar até o final para pedir o espaço na Tribuna
243 Livre. Então, queria quebrar o protocolo e passar a palavra para ele, pedir que ele fale
244 alguma coisa para nós aqui aproveitando a presença do Secretário. Muito obrigado.

245 O Sr. Sílvio Barros (Secretário de Estado do Planejamento):- Obrigado, Ricardo,
246 obrigado a todos. Gostaria só de dizer que eu, sempre que possível, pretendo estar
247 participando das reuniões do Conselho, por formação sou engenheiro civil com
248 especialização na área de engenharia ambiental e sanitária, então este assunto esteve

249 presente na minha vida durante muito tempo e continuo dedicando boa parte da minha
250 atividade profissional aos conceitos de sustentabilidade e principalmente no que diz
251 respeito à responsabilidade dos municípios nesta questão. Por conta disso, gostaria de
252 sempre estar envolvido aqui, participando das reuniões, mas vou me organizar para pelo
253 menos passar pelas reuniões, sempre que possível.

254 Nós temos o representante da Secretaria, o Aliaga vai ficar aqui até o final da
255 reunião, mas queria fazer rápidos comentários. A Secretaria de Planejamento tem uma
256 contribuição a ser dada ao Conselho e queria deixar isso desde já inteiramente à
257 disposição. O IPARDES que está aqui representado, tem assento no Conselho e pode
258 nos ajudar muito com levantamento de informações, no trabalho de estatísticas e
259 lembrando que para a toma de decisão a gente precisa de informação. Quanto melhor a
260 informação melhor a decisão.

261 Então, nós queremos colocar o IPARDES à disposição de vocês para que possa
262 receber encomendas, que o Conselho entenda úteis, importantes para o encaminhamento
263 das suas posições.

264 Também temos outra organização que faz parte da Secretaria de Planejamento
265 que é o Paraná Projetos. O Paraná Projetos hoje já tem uma relação bastante íntima com
266 a Secretaria de Meio Ambiente, em particular com o IAP, porque faz o contrato de
267 gestão do Parque Estadual de Vila Velha e é uma entidade com um bom portfólio na
268 área de projetos principalmente voltados às unidades de conservação e turismo, como
269 ferramenta de viabilização econômica do conservacionismo. E está vinculada também à
270 nossa Secretaria, quero deixar a Paraná Projetos à disposição do Conselho.

271 A terceira organização, que faz parte da nossa Secretaria e que tem a
272 necessidade de um relacionamento profundo com o meio ambiente, é a APD - Agência
273 Paraná Desenvolvimento, que é responsável pela atração de negócios para o Estado do

274 Paraná, de investimentos, de geração de empregos, empresas que veja no Paraná uma
275 oportunidade de estabelecer as suas bases, as suas atividades. E evidentemente que um
276 dos diferenciais de competitividade que o Paraná tem e pode ter para a atração de
277 empresas seria um tratamento adequado, rápido e profissional na questão do
278 licenciamento. Isso é absolutamente estratégico. Em alguns lugares está impossível de
279 se estabelecer um negócio, porque simplesmente não se consegue licenciamento.

280 E aí a gente entre em alguns problemas que o Ricardo já levantou e que eu só
281 quero abordar com vocês antes de sair, porque eu estou estarecido, sinceramente
282 falando estou chocado, surpreso, estarecido com o que a gente está vislumbrando hoje.

283 A Secretaria de Planejamento, junto ao Banco Mundial, obteve recursos para a
284 assistência técnica ao Estado do Paraná, e um dos componentes deste projeto de
285 assistência técnica é um trabalho de dimensionamento da força de trabalho do Estado. O
286 que nós temos em termos de força de trabalho para que o Estado entregue à população
287 serviços que a população precisa, merece e paga por eles? E não apenas fazendo
288 dimensionamento, mas fazer diagnóstico e uma priorização do que precisamos fazer em
289 relação à força de trabalho? Isso está dentro daquilo que o Ricardo acabou de colocar,
290 existem setores dentro do Estado, e são muitos, que não fazem concurso há muito
291 tempo. Há muitos anos que não há concurso, mas são áreas finalísticas e que a ação do
292 Estado é insubstituível e indelegável. Ou seja, se não tivermos pessoas para fazer
293 ninguém pode fazer, só o Estado pode fazer. Isso nos impede de entregar à população
294 aquilo que ela tem direito e pode ser um obstáculo à nossa capacidade de inclusive
295 equilibrar as questões econômicas, sociais e até, por que não, ambientais do Estado.

296 Então, nós precisamos desse diagnóstico, nós precisamos desse
297 dimensionamento, até para que possamos orientar o Governo, e o governador, em onde
298 começar a fazer os concursos, porque não vamos poder fazer concurso para todos ao

299 mesmo tempo. É impossível, nós não temos condições para isso. Por onde vamos
300 começar? Existe um equívoco e este equívoco tem custado absurdamente caro para o
301 Estado de que existem bandeiras políticas que devem ser levantadas, que estão
302 relacionadas, por exemplo, com a educação e com a segurança. Não tenho nada contra a
303 educação e nada contra a segurança, porém são os dois únicos setores que o Estado pode
304 contratar estando dentro do limite prudencial. Só que são esses setores que estão
305 colocando a gente no limite prudencial. O que sobrou para o Estado? Nada! Então, nós
306 não podemos fazer o resto, porque esses setores estão colocando a gente no nível
307 prudencial, mas eles são os únicos setores que poderiam ser contratados, estando o
308 Estado no limite prudencial. Então, a prioridade está errada, gente! Vocês vão me
309 desculpar, mas alguma coisa passou batida. A gente tinha que ter contratado aquilo que
310 era necessário para fazer o Estado andar e depois, se precisar de professores e de
311 policias, aí a gente contrata dentro do limite prudencial.

312 Então, nós precisamos fazer esta análise, nós precisamos fazer esta avaliação e
313 entender, por exemplo, que em um momento como esse que estamos vivendo agora de
314 crise acentuada de retração da economia, nós precisamos trazer atividade econômica
315 para o Estado. Temos aí, só na área energética, mais de dois bilhões e meio represados
316 de dinheiro privado para ser investido dentro do Estado esperando licenciamento e o
317 IAP não tem gente para fazer. Então, está tudo errado. Desculpem-me, mas está tudo
318 errado. Nós podíamos estar alavancando atividade econômica, independente do dinheiro
319 do Estado, desde que a gente fizesse a nossa parte. Se o IAP não fizer ninguém pode
320 fazer. Ponto final, acabou! Então, nós ficamos represando os investimentos porque não
321 cumprimos com a nossa parte.

322 A mesma coisa tem acontecido com alguns setores que estão com problemas
323 sérios de falta de pessoal e que poderiam estar mexendo com a nossa economia de uma

324 maneira muito significativa. A mesma coisa pode acontecer com os investimentos que
325 estão represados das concessionárias do sistema viário, que ficaram com o dinheiro
326 parado porque o Estado estava questionando os contratos, mas para que eles possam
327 fazer a parte deles o Estado tem que fazer a sua. Então, nós precisamos fazer esta
328 análise.

329 E queria dizer para vocês que estamos tratando desse assunto e, como o Ricardo
330 colocou, vamos sim ter um diagnóstico a respeito disso e esperamos que muito em
331 breve esta lógica possa ser implementada na área ambiental e que possamos contratar
332 pessoas para que o Estado cumpra o seu papel. Mas o que me deixa estarecido é que a
333 gente está olhando e assistindo uma cena agora que me parece surrealista. O que está
334 acontecendo no Centro Cívico agora é surrealista. Semana passada, na reunião dos
335 Secretários de Planejamento do Brasil todo lá em Brasília, do CONSEPLAN, nós
336 ouvimos um raio x do país. Os Secretários de Planejamento de praticamente todos os
337 estados estavam lá e cada um teve a oportunidade de fazer o seu relatório.

338 Eu queria compartilhar com vocês uma coisa que ficou muito clara. Todo o
339 mundo estava lá. Tem seis estados do Brasil hoje que estão numa situação menos difícil.
340 Os outros estão numa situação parecida com a nossa, alguns não tão grave, mas
341 caminhando nesta direção e alguns estados assumiram que, daqui até junho, nós
342 devemos ter mais de vinte estados da União no limite prudencial. Por quê? Porque a
343 arrecadação está caindo e nós não temos como baixar o valor da folha.

344 Então, independente de qualquer coisa, dando aumento ou não dando aumento, a
345 perda de arrecadação vai colocar esses estados no limite prudencial. Mas qual é o
346 problema? E a colocação que foi feita lá, nós temos vários servidores públicos aqui, a
347 quem eu respeito e sempre tive um excelente relacionamento com os servidores, mas
348 queria colocar isso no contexto que está acontecendo agora. Nós temos menos de 5% da

349 força de trabalho do Brasil composta de servidores estatutários concursados, menos de
350 5%, os outros 95% não tem essa característica. Estou dando a vocês um relatório do que
351 aconteceu na reunião do Conselho de Secretários Estaduais de Planejamento da semana
352 passada.

353 No entanto, os recursos dos funcionários estatutários concursados não estão
354 sujeitos ao que acontece com o mercado. O mercado hoje está retraído e pessoas estão
355 sendo demitidas, não os servidores estatutários! Eles não têm esse risco. Da mesma
356 forma, no mercado, aqueles que serão mantidos, serão mantidos em função da
357 produtividade, os servidores públicos estatutários não têm nada a ver com isso. Se ele
358 produz ou não produz não faz nenhuma diferença. Nada! Zero! Ele continua recebendo
359 do mesmo jeito. Os outros 95% da força de trabalho deste país não tem proteção
360 automática, não tem quinquênio, não tem anuênio e não tem aposentadoria integral, não
361 tem licença prêmio. Não tem nenhum desses benefícios, porém este 5% estão hoje
362 consumindo 50% de tudo o que se arrecada de imposto no país inteiro: município,
363 estado e União. A pergunta que a sociedade faz é a seguinte: Será que o que estamos
364 pagando está retornando na qualidade e na quantidade do que nós precisamos? Então,
365 quando a gente vê numa situação como essa que está sendo feita no Centro Cívico
366 agora, uma mobilização daquele tamanho, por uma alteração do sistema previdenciário
367 que não vai tirar um único centavo de ninguém, de ninguém! Nenhum servidor vai
368 perder um único centavo. Nada! Nenhum centavo sequer!

369 Então, o que está acontecendo é que nós estamos fazendo uma mobilização que
370 pode e deve permitir ao Estado fazer o investimento que os outros 95% precisam nesse
371 momento. E se nós conseguirmos fazer isso, e eu não tenho dúvida de que o Estado
372 como o Paraná consegue fazer isso, nada vai acontecer em relação aos servidores
373 públicos. Ao contrário, nós estaremos recuperando, temos trinta anos para recuperar

374 isso, para fazer com que tudo isso volte ao normal, porque hoje não é normal. E não é
375 normal só no Paraná, não é normal no Brasil inteiro. Não é uma questão focada no
376 Paraná. É só olhar a televisão, é no Brasil inteiro este problema. Mas nós vamos
377 recuperar, este país não vai falir. Nós vamos recuperar isso e essa situação voltará à
378 normalidade. O que não podemos aceitar é que neste momento, por uma situação que
379 não coloca em risco o salário de ninguém e a aposentadoria de ninguém, nós privemos o
380 restante de toda a sociedade de ter o seu atendimento. Isso não faz sentido. O que faz
381 menos sentido ainda é que a própria sociedade desconheça a razão do está acontecendo.
382 Então, a gente fica numa situação que não conseguimos fazer com que o Estado produza
383 efetivamente aquilo que a sociedade merece.

384 Eu não tenho nada contra os servidores. Eu só estou dizendo que não há risco
385 nenhum para o servidor neste momento. Nenhum risco! Se porventura o Paraná fosse
386 incompetente durante trinta anos, trinta anos! Se não evoluirmos nada, se a sociedade
387 não compreender a importância de escolher os seus governantes, de escolher os seus
388 representantes de maneira adequada e de participar desse processo nos próximos trinta
389 anos aí, sim, pode ser que talvez a gente venha a ter algum problema.

390 No entanto, ainda que acontecesse isso, eu não posso acreditar nisso. Ainda que
391 acontecesse, o que vai ocorrer é que daqui a trinta anos o Estado vai ter que pagar do
392 mesmo jeito à aposentadoria. Esse é um direito inalienável do servidor. Vai receber de
393 qualquer jeito.

394 Então, gente, eu estou preocupado porque nós estamos parando o Estado, nós
395 estamos criando uma situação por falta de informação, por falta de conhecimento da
396 sociedade sobre o que realmente está acontecendo e muitas pessoas induzidas ao erro na
397 sua interpretação. Talvez o primeiro projeto fosse problemático sim, no entanto o
398 próprio Governo reconhece que ele poderia ser um risco maior. Foi retirado, foi refeito,

399 foi reavaliado e agora tem toda a condição de prestar um serviço a toda a sociedade
400 paranaense.

401 Então, queria colocar que este problema não é um problema do Paraná. Nós
402 discutimos isso com todos os Secretários, está acontecendo à mesma coisa em Goiás,
403 em São Paulo, está acontecendo à mesma coisa em todo o Brasil. Nós precisamos de
404 uma postura, de um entendimento e eu entendo que os conselhos de controle social,
405 como é o caso deste, são peças fundamentais para que a gente possa discutir, debater e
406 não apenas ficar aqui entre nós. Mas fazer com que a permeabilidade desta discussão e
407 da nossa representação possam nos colocar numa condição melhor daquela que a gente
408 está.

409 Eu peço desculpa por fazer essas colocações, talvez, extemporâneas ao tema,
410 mas eu não acho que sejam tão extemporâneas assim. Este Conselho vai precisar de
411 coragem. Conselho é composto de Conselheiros, pessoas que sejam habilitadas a
412 oferecer conselhos ao Estado. E, entre os temas importantes que nós vamos precisar
413 debater, existem coisas que vão exigir coragem. Eu tenho certeza que todos que estão
414 aqui vêm com a disposição de contribuir e nós vamos precisar da contribuição, nós
415 vamos precisar desse somatório de esforços para que não só o Paraná, mas o Brasil
416 inteiro possa superar as suas dificuldades e fazer com que a gente entre nos trilhos e o
417 país possa não ser só o país do futuro, mas que ele possa gerar benefício para a nossa
418 geração presente também.

419 Então, muito obrigado, boa tarde a todos e contem 100% com a Secretaria de
420 Planejamento em todos os assuntos relacionados ao meio ambiente.

421 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo
422 Soavinski (SEMA):- Obrigado, Sílvio. Vou retornar a palavra agora ao nosso Secretário

423 Executivo do CEMA, João Batista, para dar prosseguimento ao segundo item de pauta,
424 que é a apresentação dos novos Conselheiros.

425 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- O segundo item de
426 pauta é a apresentação e posse dos novos Conselheiros para o biênio 2015/2016.

427 Eu vou nomear os novos Conselheiros, mas também está projetado ali na tela, e
428 gostaria que aqueles que fossem citados erguesse a mão, afinal temos dois anos pela
429 frente de trabalho. O primeiro apresentado é o Secretário de Estado de Meio Ambiente e
430 Recursos Hídricos, Ricardo Soavinski, e também Presidente do Conselho Estadual do
431 Meio Ambiente; eu, João Batista Campos - Secretário Executivo do Conselho Estadual
432 de Meio Ambiente; Secretaria de Estado e Saúde, o titular e membro nato, como todos
433 os Secretários e Presidentes de instituições públicas, titular é o Michele Caputo Neto e
434 suplente Eliane Regina de Veiga Chomatas; Secretaria de Estado de Agricultura e do
435 Abastecimento, titular é o Secretário Norberto Anacleto Ortigara e suplente José Tarciso
436 Fialho; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - titular Carlos Roberto Massa
437 Junior e suplente Arthur Felipe de Leão Bucchi; Secretaria de Estado da Cultura - titular
438 Paulino Viapiana, sendo que em exercício está a Valéria Marques Teixeira, e suplente
439 Rosina Colei Alice Parchen; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino
440 Superior - titular João Carlos Gomes, e suplente Sueli Édi Rufini; Secretaria de Estado
441 da Educação - titular Fernando Xavier Ferreira e suplente Jaime Sunye Neto; Secretaria
442 de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - titular Sílvio Magalhães de Barros e
443 suplente José Carlos Espinoza Aliaga; Secretaria de Estado de Esporte e Turismo -
444 titular Douglas Fabrício e suplente Evandro Pinheiro; Secretaria de Estado da Justiça,
445 Cidadania e Direitos Humanos - titular Leonildo de Souza Grota e suplente Reginaldo
446 Witiuk; Secretaria da Casa Civil - titular Eduardo Francisco Sciarra e suplente
447 Alexandre Teixeira; Instituto Ambiental do Paraná, titular Luiz Tarcísio Mossato Pinto

448 e suplente Ana Cecília Bastos Aresta Nowacki; Instituto das Águas do Paraná - titular
449 Amin José Hannouche e suplente Iram Rezende; Instituto de Terras, Cartografia e
450 Geociências - titular Amílcar Cavalcante Cabral e suplente Gislene Lessa; Companhia
451 de Habitação do Estado do Paraná - COHAPAR, titular Abelardo Luiz Lupion Mello e
452 suplente Agenor de Paula Filho; Procuradoria Geral do Estado - titular Ubirajara Ayres
453 Gasparin e suplente Ana Cláudia Bento Graf; Instituto Paranaense de Desenvolvimento
454 Econômico Social - IPARDES, titular Júlio Takesshi Suzuki Júnior e suplente Daniel
455 Nojima; Minerais do Paraná - MINEROPAR, titular José Antônio Zem e suplente
456 Marcos Vitor Fabro Dias; Entidades não governamentais, das Ambientalistas nós temos
457 representando Mater Natura, titular Adriano Wild e suplente Paulo Aparecido Pizzi; do
458 CEDEA - Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental o Cláudio Jesus de Oliveira
459 Esteves e o suplente Valter Johnson Bomfim. O Cláudio justificou sua ausência por
460 problemas médicos e contamos aqui com a Laura que é Presidente do CEDEA. ING -
461 Instituto os Guardiões da Natureza, Vânia Mara Moreira dos Santos e suplente Lúcia
462 Perekouski Barabasz; IPEVS - Instituto de pesquisa em Vida Selvagem e Meio
463 Ambiente, titular Renata Alfredo e suplente Rafael Haddad Manfio. Temos as entidades
464 não governamentais suplentes: INPRA - Instituto Internacional e Responsabilidade
465 Sócio Ambiental Chico Mendes, titular Vito Passera e suplente Sérgio Aparecido
466 Paixão; Das Instituições Universitárias Públicas e Privadas, titulares: Pontifícia
467 Universidade Católica do Paraná - PUC, Carlos Mello Garcias, da Universidade
468 Positivo ainda aguardamos a indicação. Das Categorias Patronais: Federação das
469 Indústrias do Estado do Paraná, titular Nelson Hubner e suplente Irineu Roveda Júnior;
470 Federação da Agricultura do Estado do Paraná, titular Carla Beck e suplente João Luiz
471 Rodrigues Biscaia; da Assembleia Legislativa do Paraná, titular Pedro Lupion e
472 suplente Cristina Silvestri; da Associação Paranaense de Base Florestal, titular Carlos

473 José Mendes e suplente Ailson Augusto Loper. Dos Trabalhadores: Federação dos
474 Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná, titular Alexandre Leal dos Santos e
475 suplente Marcos Júnior Brambilla. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura
476 Familiar da Região Sul ainda não respondeu a nossa solicitação, mas ano passado o
477 titular era o Luiz Pirin e o suplente Vilmar Agostinho Sergiki, pode ser que sejam
478 reconduzidos. Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio
479 Ambiente, Fundepar e afins, titular Temistocles Santos Vital e Carmem Terezinha Leal;
480 Associação dos Municípios do Paraná, titular: Secretaria Municipal de Meio Ambiente
481 de Curitiba, Secretário Renato Eugênio de Lima e suplente a Secretaria Municipal de
482 Meio Ambiente de Campo Largo Dayli Reinke; do Conselho Regional de Biologia,
483 titular Jorge Augusto Callado Afonso e suplente Paulo Aparecido Pizzi; do Conselho
484 Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, titular Helder Rafael Nocko e
485 suplente Carlos Roberto Bittencourt; do Conselho Regional de Medicina Veterinária,
486 titular Carlos Eduardo Belz e suplente Marcelo Faria Cardoso; da Ordem dos
487 Advogados do Brasil, Seção Paraná, titular José Gustavo de Oliveira Franco e suplente
488 Fabiano Augusto Piazza Baracat.

489 São esses os Conselheiros, Sr. Presidente.

490 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo
491 Soavinski (SEMA):- Eu já tinha dados as boas-vindas, mais uma vez dois as boas-
492 vindas a todos que já eram Conselheiros e continuam e aos novos, como eu, desejando
493 um excelente trabalho neste mandato de dois anos. E considero todos empossados,
494 sintam-se todos empossados no nosso CEMA.

495 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Dando andamento à
496 nossa pauta, temos a inscrição da Tribuna Livre. Temos quinze minutos no final da

497 nossa reunião e estes quinze minutos são divididos pelo número de Conselheiros que
498 queiram se manifestar.

499 Então, abro agora a inscrição à Tribuna Livre. (Pausa). Inscritos: Renato,
500 Adriano Wild, Vânia, José Gustavo, Laura. Todos com três minutos ao final desta
501 Sessão.

502 Agora temos a composição das Câmaras Temáticas para o biênio 2015/2016.
503 Como temos uma nova composição deste Conselho, farei uma rápida apresentação para
504 que todos entendam de vocês como Conselheiros e também das Câmaras Temáticas,
505 qual o papel de cada um dentro das nossas Câmaras Temáticas.

506 O Conselho Estadual de Meio Ambiente foi criado no ano de 1984 com o nome
507 inicial de CEDA - Conselho de Defesa do Meio Ambiente, e era vinculado à Secretaria
508 de Estado do Desenvolvimento Urbano. É um órgão superior de caráter colegiado:
509 Consultivo, normativo, deliberativo dentro das nossas prerrogativas. É subordinado à
510 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Integrante do Sistema
511 Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.

512 Quais as competências mais importantes do Conselho? Formulação da Política
513 Estadual do Meio Ambiente, propondo e estabelecendo diretrizes e medidas necessárias
514 à proteção, conservação e melhoria do meio ambiente; Participação na formulação de
515 planos e programas governamentais visando assegurar a prevenção e controle da
516 poluição e da degradação ambientais, o uso e gestão sustentada do solo e dos recursos
517 naturais; Participação na elaboração, junto aos Poderes Públicos, de atos legislativos e
518 regulamentares concernentes ao meio ambiente e aos recursos naturais. O Conselho é
519 um colegiado composto por: Secretários de Estado, Procurador Geral do Estado,
520 Diretores-Presidentes de Órgãos Ambientais e correlatos, representantes de entidades
521 ambientalistas, representantes das instituições de ensino superior, representantes das

522 categorias patronais e de trabalhadores, representantes dos Municípios, representantes
523 de Entidades de Classe (CREA, CR-BIO, OAB, CRMV), ALEP, SINDI-SEAB,
524 Comunidades indígenas, que ainda não se manifestou com relação à indicação de seus
525 representantes.

526 O resumo das representações é esse, é paridade entre governo e não
527 governamentais, sendo: dezoito representantes, dezoito representantes não
528 governamentais e um representante do governo municipal.

529 Dentro do Conselho nós temos quatro Câmaras Temáticas, sendo a primeira de
530 Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental, a de Qualidade Ambiental, a de
531 Economia e Meio Ambiente e a de Assuntos Jurídicos.

532 É importante que vocês entendam a competência de cada Câmara Temática, que
533 logo na sequência vamos fazer a composição, que é onde realmente o Conselho
534 funciona no sentido das proposições, normas e procedimentos para a gestão ambiental
535 no Estado do Paraná.

536 Então, a Câmara Temática de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental é
537 responsável pelo estabelecimento de padrões de proteção à biodiversidade; padrões de
538 proteção ao patrimônio genético; padrões de proteção ao patrimônio paisagístico;
539 padrões de proteção ao patrimônio espeleológico; criação e implementação de áreas
540 protegidas públicas ou particulares; gestão integrada de corredores ecológicos e dos
541 ambientes costeiro e marinho; áreas de proteção permanente e também o Sistema
542 Estadual de Unidades de Conservação, o sistema Estadual de Proteção da Fauna Nativa
543 – SISFAUNA, e diretrizes para elaboração e implementação das políticas e programas
544 estaduais de educação ambiental.

545 Temos também a Câmara Temática de Economia e Meio Ambiente que nela se
546 discute: zoneamento ecológico-econômico; programas de incentivo ambiental, padrões

547 de proteção e controle dos recursos florestais, padrões de proteção e controle dos
548 recursos agropecuários e extrativistas, padrões de proteção e controle dos recursos
549 minerários; padrões de proteção e controle dos recursos pesqueiros; padrões de proteção
550 e controle dos recursos energéticos; padrões para o controle e gestão da implantação de
551 obras e atividades de infraestrutura e transportes.

552 Na Câmara Temática de Qualidade Ambiental, discute-se a questão da qualidade
553 das águas, do ar e do solo, tratamento de esgotos sanitários e de coleta e disposição de
554 lixo, normas e padrões para resíduos de produção e pós-consumo, métodos e processos
555 industriais, passivos ambientais, saneamento básico e saúde pública, normas e critérios
556 para o licenciamento ambiental de atividades potencial ou efetivamente poluidoras.

557 A Câmara Temática Especial de Assuntos Jurídicos é responsável por examinar
558 a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa de propostas, compatibilizar as
559 resoluções com as alterações legislativas nacionais e estaduais e com os tratados
560 internacionais, assessorar os trabalhos desenvolvidos pelas demais Câmaras Temáticas e
561 pela Plenária, sugerir alterações legislativas.

562 Para vocês terem um rápido entendimento, na apresentação aparece a plenária do
563 Conselho Estadual de Meio Ambiente, que é isso que estamos vivendo hoje. É a
564 Câmara Temática de Assuntos Jurídicos que faz a assessoria tanto da plenária quanto
565 das Câmaras Temáticas e do grupo de trabalho. Então, como funciona o Conselho no
566 seu sentido prático?

567 Qualquer proposição que chega para a Secretaria Executiva, que pode vir de
568 qualquer cidadão do Estado do Paraná ou dos Conselheiros, enfim, qualquer proposição
569 que chegue, é examinada. Estando de acordo com as competências do Conselho, é feito
570 um processo e começa o processo de discussão para a elaboração de alguma forma de
571 deliberação da plenária no Conselho.

572 Então o assunto, quando é muito específico, é tratado em grupos de trabalhos,
573 não necessariamente com Conselheiros ou representantes de Conselheiros, mas
574 especialistas, pessoas de reconhecido saber que trabalham nas áreas específicas de cada
575 questão e elaboram uma proposta que pode ser de resolução, ou de proposição de
576 legislação, ou uma recomendação ou uma moção.

577 Então este grupo de trabalho elabora essa proposição que vai para a primeira
578 deliberação que é a Câmara Temática. A Câmara Temática avalia esta proposta, aprecia
579 esta proposta sobre o mérito da proposta e realiza modificações eventuais. Caso tenha
580 alguma modificação mais aprofundada, ela pode retornar para o grupo de trabalho para
581 nova discussão e novo encaminhamento. Então, sobe para a Câmara Temática onde é
582 feita a primeira deliberação desta proposição. Estando tudo ok, esta proposição segue
583 para a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos que aprecia a legalidade, a
584 constitucionalidade da proposta e algumas modificações eventuais de caráter legais que
585 podem ser executadas, mas não na parte técnica, que cabe à Câmara Temática.

586 Então, estando tudo de acordo, ela vai para a plenária que é responsável por sua
587 aprovação, modificação ou reencaminhamento. Ou seja, se a proposta não for aprovada,
588 pode retornar às Câmaras Temáticas ou para o grupo de trabalho para fazer a
589 readequação necessária. Estando a plenária de acordo, ela delibera e sai a decisão do
590 Conselho Estadual de Meio Ambiente e esta decisão pode se dar em caráter de
591 resolução, que tem um feito legal bastante importante, pode ser uma proposição de
592 decreto ou de lei e segue para a Casa Civil para os encaminhamentos necessários, pode
593 ser recomendação e ou mesmo moção que pode partir deste Conselho.

594 Então, essas são as decisões e as formas de decisão do Conselho Estadual de
595 Meio Ambiente, fazendo todo este trâmite para que haja composição de qualquer

596 proposição que chegue. Então, esse é o resumo do trabalho que deverá ser executado
597 nesses dois anos.

598 E cabe a nós aqui agora fazer a configuração, a formatação e a composição das
599 Câmaras Temáticas.

600 Abro a palavra para alguma dúvida.

601 O Sr. Conselheiro Renato Lima (Secretaria Municipal de Meio Ambiente de
602 Curitiba):- Eu queria saber se tem um número máximo de participantes nas Câmaras
603 Temáticas? Qual o tipo de limitação que existe para a composição da Câmara?

604 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Eu ia falar isso na
605 sequência, o Presidente já tinha me alertado sobre este fato. São oito representantes de
606 cada Câmara Temática, sendo: quatro representantes membros natos, um representante
607 de ONGs Ambientalistas, um representante de entidade trabalhadora do segmento
608 produtivo patronal, um representante da instituição ensino superior ou de Secretarias de
609 Meio Ambiente e um representante de entidade de classe para cada Câmara Temática.

610 Então, a partir do momento que a gente comece esta composição, vamos
611 ajustando aquele quadro projetado. Mais alguma dúvida? (Pausa). Se não tiverem
612 dúvidas em relação ao funcionamento das Câmaras Temáticas, podemos passar para a
613 composição das Câmaras Temáticas.

614 Dando início à composição das Câmaras Temáticas que, como falei, temos a
615 Câmara Temática de Biodiversidade, Bioma e Educação Ambiental, Câmara Temática
616 de Economia e Meio Ambiente, Câmara Temática de Qualidade Ambiental e Câmara
617 Temática de Assuntos Jurídicos.

618 A composição nós fazemos assim: cada instituição se manifesta, dizendo de qual
619 Câmara Temática quer participar e vamos ajustando a composição para dar formação
620 dessas Câmaras Temáticas.

621 A primeira que podemos começar é a Câmara Temática de Biodiversidade,
622 Bioma e Educação Ambiental. Abro a inscrição para os membros que queiram
623 participar desta Câmara Temática. (Pausa). Lembrando que cada instituição pode
624 participar de até duas Câmaras Temáticas, além da de Assuntos Jurídicos, para dar
625 oportunidade para que todos possam participar.

626 Sugiro Sr. Presidente, que dêsemos cinco minutos para ajustar a composição.

627 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo
628 Soavinski (SEMA):- Cinco minutos, então, para fazermos os devidos acordos.

629 (Está suspensa a reunião).

630 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo
631 Soavinski (SEMA):- Está reaberta a reunião.

632 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- A composição das
633 Câmaras Temáticas, então, ficou assim: representações da Câmara Temática de
634 Biodiversidade Biomas e Educação Ambiental: Membros natos - SEMA, SEAB, SEED
635 e SEEC; ONGs Ambientais - Mater Natura; entidades dos trabalhadores no segmento
636 produtivo patronal - FETAEP; IES ou SMMA's - SMMA; entidades de classe - CRBio.

637 Na Câmara Temática Economia e Meio Ambiente: Membros natos - SEPL,
638 SEAB, MINEROPAR e IPARDES; ONGs Ambientais - CEDEA; entidades dos
639 trabalhadores no segmento produtivo patronal - FAEP; IES ou SMMA's - PUC;
640 entidades de classe - CRMV.

641 Na Câmara Temática de Qualidade Ambiental: Membros natos - Águas Paraná,
642 IAP, COHAPAR e SEMA; ONGs Ambientais - IPEVS; entidades dos trabalhadores no
643 segmento produtivo patronal - FIEP; IES ou SMMA's - SMMA; entidades de classe -
644 CREA.

645 E, na Câmara Temática de Assuntos Jurídicos: Membros natos - PGE, SEMA,
646 IAP e SEJU; ONGs Ambientais - ING; entidades dos trabalhadores no segmento
647 produtivo patronal - APRE; IES ou SMMA's - SMMA; entidades de classe - OAB.

648 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo
649 Soavinski (SEMA):- Depois de uma negociação intensa, acho que está resolvido,
650 conforme o quadro ali que se apresenta. Acho que podemos dar por resolvida esta
651 questão. Depois será mandado a todos os Conselheiros e, enfim, o quadro e o resumo e
652 seria interessante que encaminhasse a eles também aquela apresentação que você fez
653 antes, explicando os procedimentos. Aquele material é bastante informativo e poderia
654 ser encaminhado junto.

655 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Ok. Sr. Presidente.
656 E só queria esclarecer que a partir deste momento emitiremos um ofício, provavelmente
657 será via digital, para que vocês indiquem o nome das pessoas que vão compor as
658 Câmaras Temáticas, um titular e um suplente para cada instituição que se inscreveu nas
659 Câmaras Temáticas. E nós encaminharemos junto à apresentação e a competência de
660 cada Câmara Temática para vocês consultarem e indicarem os melhores representantes
661 possíveis para estes trabalhos.

662 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo
663 Soavinski (SEMA):- Então, resolvido o item três, passaremos para outros assuntos. Na
664 verdade é um informe sobre os municípios aptos ao licenciamento ambiental de
665 atividades de impacto local. É mais a título de conhecimento aos senhores e aos
666 senhoras. Nós estamos com quinze municípios aptos, sendo que três deles nós
667 informamos agora no começo do ano. Mandamos ofícios, cumpriram com todos os
668 requisitos e estão aptos a promoverem um licenciamento ambiental de atividade de
669 impacto local. Lembrando que tem uma série de procedimentos que o IAP trata junto
670 com esses municípios de treinamento de acesso ao sistema. Enfim, é uma série de
671 questões. Pois não.

672 O Sr. Conselheiro Carlos Garcias (PUC-PR):- Eu só gostaria de lembrar que foi
673 um esforço bastante intenso e muitas dificuldades e discussões, mas muito aprendizado,
674 quando se construiu o documento que oficializou esta questão do credenciamento
675 ambiental dos municípios. E à época até se falava que parecia que iam atropelar tantos
676 municípios que iam conseguir esta credencial. Aquele documento inclusive pode ser
677 revisto. Então, talvez seja o momento de sugestões, de que alguém de uma olhada nisso,
678 se por ser tão poucos existe alguma razão e ver se não existe algum entrave que poderia
679 ser resolvido revisando a resolução que atribuiu ou permitiu que cada município
680 pudesse ser credenciado.

681 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo
682 Soavinski (SEMA):- Ok. Boa sugestão, Professor, e vamos proceder esta análise. Mas é
683 mais a título de informe. Alguém quer fazer alguma contribuição?

684 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Sobre esta questão concordo
685 com o professor também, porque é necessário fazer não digo uma revisão, mas sim um
686 melhor entendimento, porque lá na resolução diz que o IAP pode aprovar e trazer para o
687 Conselho tomar conhecimento. Então, eu imagino que o IAP fosse trazer Londrina, por
688 exemplo, Quatros Barras. Então, eu imaginava com esta descrição na resolução de que
689 houvesse esta ciência para o Conselho de verificar realmente o cumprimento das etapas.
690 Quer dizer, o coletivo aqui tomaria conhecimento da aprovação do IAP e mostrasse isso
691 para nós. Esse é o entendimento que eu tenho e de muitos ex-Conselheiros também.
692 Algumas vezes os ex-Conselheiros que são residentes em determinado local, vou citar
693 claramente o caso de Londrina, discordam do parecer de aprovação porque não tem uma
694 estrutura. A pessoa que mora no mesmo local tem conhecimento melhor da situação da
695 questão de poder ou não licenciar. Então, são dois pontos. A apresentação dos
696 municípios que foram aprovados. O IAP deveria fazer a apresentação de cada município

697 aprovado e, segundo, o melhoramento do texto para deixar bem claro o que significa
698 esta apresentação para o Conselho.

699 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Na verdade o
700 entendimento que se teve com relação a este informe, dos municípios aptos ao
701 licenciamento, se daria via eletrônico ou comunicado nesta reunião da plenária. Então,
702 esse ato é exatamente para comunicar os novos municípios licenciados, que atenderam
703 os requisitos: Jaguariaíva, Londrina e Quatro Barras. E os processos estão aqui e
704 disponível na Secretaria Executiva do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEMA
705 para todos aqueles que quiserem consultar, mas é claro que a gente pode melhorar esta
706 forma de comunicação aos Conselheiros.

707 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo
708 Soavinski (SEMA):- Eu entendo que todo assunto, toda resolução, encaminhamento é
709 sempre passível de uma análise, principalmente depois que começa praticar e ver se está
710 indo bem, se está faltando alguma coisa, acho que podemos fazer esta análise. Como
711 falei anteriormente, quanto ao entendimento podemos, na análise, também trazer se
712 precisa este entendimento para ficar mais claro. Embora e em geral as resoluções trazem
713 determinados procedimentos, não estou falando desse em específico, de maneira geral
714 trazem determinados procedimentos que os órgãos tem que fazer, a não ser que seja um
715 assunto muito específico, eles têm que seguir aquele procedimento, mas não a cada ato
716 trazer previamente para aprovação. Eu acho que neste caso aqui, eu não participei antes,
717 desculpem-me, mas entendo que talvez tenha sido este mesmo, de trazer a cada reunião
718 os municípios que estão aptos e podem sim ir formando ao longo do processo por
719 mensagem.

720 Então, a intenção foi aqui trazer informação que estão aptos. E, de qualquer
721 maneira, o IAP faz a análise e vem para a Secretaria Executiva do CEMA, e o CEMA

722 faz mais uma verificação e o Secretário de Meio Ambiente, Presidente do CEMA
723 informa os municípios. Então, este é o procedimento que estava colocado e assim eu o
724 fiz durante esses três meses para três municípios. Mas podemos avaliar sim, fica o
725 encaminhamento de fazer pelo menos uma avaliação deste procedimento para trazer
726 aqui alguma nova contribuição.

727 O Sr. Conselheiro José Gustavo de Oliveira Franco (OAB):- Só uma observação
728 que seria relevante no padrão deste licenciamento que começa agora a ser
729 descentralizado. Dentro do que pleiteamos na Ordem, está exatamente à ideia de
730 transparência e padronização, e aí o estabelecimento de um sistema que possa ser
731 padronizado e único para que todos os municípios possam utilizar, usar o que é
732 referência do Cadastro Ambiental Rural hoje em nível nacional, que pudesse facilitar o
733 procedimento, dar transparência e acesso público a todos os procedimentos, segurança
734 tanto aos funcionários públicos que operam com ele em nível municipal, em nível
735 estadual, quanto ao empreendedor e publicidade à sociedade.

736 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo
737 Soavinski (SEMA):- Isso é feito. Eu, ao chegar, levantei esta questão, porque acho que
738 tão importante quanto ou mais do que os critérios para fazer essa descentralização, é
739 depois o monitoramento do que está sendo feito e a informação. E já existe o sistema,
740 que é o sistema de gestão ambiental do IAP, e não estão todos os módulos ainda
741 prontos, mas os principais já estão operando. E a ideia é essa mesma. Então, vai um
742 funcionário do IAP, senta com eles, eles vêm também para dentro do IAP, são treinados
743 e recebem as senhas, as devidas autorizações para que possam fazer uso do sistema. Ou
744 seja, operados pelo sistema. Acho que isso não traz todas as garantias, mas como o
745 senhor disse é bastante importante.

746 O Sr. Conselheiro:- Uma dúvida, todos eles com geo? O SGA trabalha dentro do
747 geo do Estado, do sistema de informação geográfica do Estado. Eles têm todos
748 coordenadas geográficas? Não sei se o senhor teria esta informação.

749 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo
750 Soavinski (SEMA):- Sim. Ok? Podemos passar para o último item de pauta, que é a
751 Tribuna Livre. Têm cinco inscritos, o previsto aqui é quinze minutos para o total,
752 dividido pelos cinco, três minutos para cada um. Repete a ordem, por favor.

753 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Pela ordem, Renato,
754 Adriano Wild, Dra. Vânia, o José Gustavo e a Laura.

755 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo
756 Soavinski (SEMA):- Por favor, podem fazer uso da palavra.

757 O Sr. Conselheiro Renato Luiz Lima (SMMA):- Então, agradecendo a
758 possibilidade de participar da Tribuna Livre. Tive um entendimento errado, João
759 Batista, minha Secretária entendeu que eu teria quinze minutos para apresentar. Então,
760 não vou fazer a apresentação, mas gostaria de compartilhar duas ações da Secretaria
761 Municipal de Meio Ambiente de Curitiba. E antes disso, cumprimentar o Ricardo e
762 desejar que tenha sucesso na gestão, que seja uma gestão tranquila e que ao final o
763 Estado possa ter avançado nas questões do desenvolvimento sustentável junto com toda
764 a equipe. E possa, nesta caminhada, contar com a colaboração, com a participação, a
765 atenção não só do município de Curitiba mas também - eu sou o Presidente do Fórum
766 de Secretários de Meio Ambiente da Região Metropolitana de Curitiba e Diretor da
767 Associação Nacional de Municípios de Meio Ambiente. Então, é um conjunto de
768 necessidades e oportunidades que os municípios oferecem para que o Estado todo possa
769 caminhar na direção do desenvolvimento sustentável. E em seguida compartilhar com
770 todos a nova forma que a cidade de Curitiba implantou, que são as estações de

771 sustentabilidade. Oportunamente, quando for possível no Conselho, gostaria de dez
772 minutos para apresentar a operação.

773 As estações de sustentabilidade são uma nova ferramenta da gestão de resíduos
774 sólidos que oferecem ao cidadão a possibilidade de cogestão. O cidadão participa da
775 gestão de resíduos. Ele leva neste local e neste local ele separa em doze diferentes tipos
776 de resíduo que são os doze tipos de resíduos que têm reuso e comercialização em maior
777 quantidade na cidade de Curitiba. Então, quando ele leva um plástico até a estação, ele
778 separa em plásticos comuns. Em um outro local ele põe a garrafa pet, em outro local ele
779 coloca a tampinha da garrafa pet, porque é um outro tipo de plástico, e em um outro
780 local ele põe o rótulo da garrafa pet, porque é outro tipo de plástico. Não existe que a
781 gente tenha conhecimento, este tipo de situação em outros lugares. Isso vale também
782 para papel, vale para metais. A estação tem um instrumento de compactação das
783 latinhas de alumínio e das garrafas pet. Então, o próprio cidadão compacta esse
784 recipiente e dispõe de forma adequada. E isso permite ao cidadão hoje na cidade ter três
785 caminhos para o seu resíduo. O primeiro caminho é a coleta comum, o segundo
786 caminho é o lixo que não é lixo e o terceiro caminho são as estações de sustentabilidade.

787 A diferença da eficácia de todos esses. Do resíduo comum nós enterramos todos
788 eles, com todo o custo e o ônus ambiental que tem os aterros sanitários. Só o aterro de
789 Curitiba da Caximba custa seiscentos mil reais/mês a manutenção.

790 O lixo que não é lixo, que é um programa espetacular. Curitiba foi inovadora há
791 três décadas atrás nesta iniciativa e é reconhecida no mundo inteiro hoje como
792 inovadora, por ter inventado esta proposta do lixo que não é lixo, mas recebe
793 aproximadamente 40% de resíduos que não são reusáveis e recicláveis. Portanto, fazem
794 um caminho caríssimo que é seis vezes mais caro o lixo que não é lixo do que a coleta
795 do lixo comum e depois tem que ser novamente conduzido pela coleta do lixo comum

796 até o aterro sanitário, então é sete vezes o custo desses 40% que são dispostos no lixo
797 que não é lixo de forma inadequada.

798 E agora as estações de sustentabilidade. Nós já implantamos algumas e as
799 estações tem alcançado um rendimento de 98%, Presidente, de materiais reusáveis e
800 recicláveis, fazendo, então, a melhor gestão de resíduos que nós temos a possibilidade
801 de fazer na cidade de Curitiba que é o cidadão fazendo na sua casa, na sua família e
802 colocando isso como serviço cidadão que ele oferece para a cidade.

803 E o terceiro ponto é compartilhar com vocês também que nós lançamos, no dia
804 do aniversário de Curitiba, a Reserva do Bugio. É uma reserva multiproposta de
805 conservação da biodiversidade, é um refúgio de conservação da biodiversidade e
806 também ajuda a prevenir inundações e melhora a qualidade da água do Rio Iguaçu e
807 Barigui.

808 E quero agradecer a presença da representação da Secretaria de Meio Ambiente
809 no evento. Muito obrigado.

810 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo
811 Soavinski (SEMA):- Muito obrigado, Renato.

812 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Próximo orador
813 inscrito, Conselheiro Adriano.

814 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Três pontos. O primeiro é
815 esclarecer o Secretário Executivo do CEMA, a gestão dos Conselheiros que estão
816 tomando posse hoje não seria de 2015/2017?

817 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- A posse era para ter
818 sido no final do ano passado, inclusive o decreto é retroativo, e funciona para 2015 e
819 2016, até dezembro da última reunião.

820 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- Eu recebi um convite para
821 participar amanhã, dia 30 de abril, aqui na FIEP mesmo, de uma reunião do Conselho
822 Temático de Meio Ambiente e Recursos Naturais, convite do Ricardo Soavinski. O item
823 de pauta, que nos chama a atenção, é a apresentação das metas estratégicas da SEMA
824 para o período de 2015 a 2018. Essas metas são segredos até hoje, porque vai apresentar
825 amanhã. Quer dizer, nós aqui do Conselho de Meio Ambiente não fomos blindados com
826 esta apresentação das metas estratégicas. Certo?

827 Desculpe-me, eu tenho que sair, estou com um problema de saúde familiar, o
828 terceiro ponto é o seguinte. Na última escolha das entidades ambientalistas do CENGE,
829 foram escolhidas as quatro titulares e deveriam ser mais quatro suplentes. Só tivemos
830 uma suplência, como o Secretário Executivo mostrou. Então, precisamos preencher
831 essas três vagas de suplência do segmento das ONGs. Então, Sr. Secretário Executivo e
832 Sr. Secretário de Meio Ambiente, podiam providenciar que na próxima reunião no dia
833 1º de junho já tenhamos este quadro completo. Pode ser?

834 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo
835 Soavinski (SEMA):- Eu sei que o senhor tem que sair, só fazendo os esclarecimentos já
836 que foi questionado e aí o senhor faz na sequência. Esta questão do convite é uma
837 reunião da Câmara Temática de Meio Ambiente da FIEP e eles querem conhecer as
838 propriedades, as linhas de trabalho da SEMA. Então, eles colocaram dessa maneira,
839 como metas, mas não tem isso tão fechado. Nós estamos trabalhando em um
840 planejamento estratégico da SEMA. Agora tem as propriedades. Eu apresentei, em
841 linhas gerais, hoje para vocês, é mais ou menos eles querem ouvir o Secretário na
842 verdade. Então, colocaram desta forma 'as metas estratégicas de 2015', mas não é assim.
843 Até gostaria eu de ter estabelecido inclusive um contrato de gestão feito para que

844 cumpríssemos as metas fielmente, mas infelizmente ainda não temos este tipo de
845 questão.

846 Então, vou lá amanhã fazer uma apresentação das propriedades, das principais
847 linhas de trabalho, qual o nosso plano de trabalho na verdade, o que a gente pretende
848 fazer de maneira bem geral. E aproveitar, fica aqui aberto o convite para assinar um
849 protocolo com o Presidente da FIEP para o registro voluntário das emissões das
850 empresas. É uma medida bastante interessante que, como primeira iniciativa neste tema.

851 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Esclarecendo a
852 questão da representatividade da suplência das ONGs, a gente pensou numa ação um
853 pouco menos burocrática como foi da outra vez. Então, a ideia é remeter um ofício a
854 todas que constam no cadastro ambiental para ver se elas têm interesse e, aquelas que se
855 manifestarem positivamente, a gente faz o processo de definição das três entidades
856 suplentes. Se vocês concordarem a gente encaminha desta forma.

857 O Sr. Conselheiro Adriano Wild (Mater Natura):- A partir de amanhã já
858 podemos identificar quais as possíveis - uma já se manifestou. Obrigado.

859 O Sr. Secretário Executivo, João Batista Campos (CEMA):- Próximo orador
860 inscrito, Conselheira Vânia.

861 A Sra. Conselheira Vânia Mara Moreira dos Santos (ING):- Nós temos um
862 Secretário que está assumindo agora e a quem a gente deseja que realmente consiga
863 executar minimamente os seus planos, mas já estou no Conselho há quinze anos e o que
864 a gente observa é que se a gente não estabelece metas e que a gente queira realmente
865 cumprir, é muita conversa e pouca prática. Então, eu gostaria, como representante das
866 ONGs, principalmente do interior que a gente tem dificuldade para vir, até pedir que
867 fosse cumprido o Regimento Interno com relação às despesas, que a gente tentasse

868 estabelecer no Conselho, nesses próximos dois anos, algumas metas a serem atingidas.

869 Propriedades que têm que ser executadas e que não podem ficar só no 'vamos ver'.

870 Eu tenho algumas questões que vou colocar aqui que considero importantes e
871 que eu acho que, além de serem importantes para o Conselho, também são importantes
872 para a população em geral que é a questão do Fundo Estadual do Meio Ambiente -
873 FEMA. O último que está no site é de 2012 e nós, como Conselheiros, não temos acesso
874 a essas informações e a gente sabe que sem recursos não se faz nada.

875 Esses dias eu estava ouvindo uma fala de uma representante chilena e ela diz que
876 todos querem o direito à saúde, à educação, etc. e tal, mas de onde sai o dinheiro? Só
877 que a gente precisa planejar e fazer com que eles aconteçam. Então, precisamos falar
878 sobre o FEMA. Isso é essencial para o Conselho, até porque, se o Conselho tiver que
879 tomar alguma ação, tem que saber quanto tem de recurso. Então, eu gostaria de uma
880 apresentação das metas do FEMA para este biênio, para o próximo ano, para este ano
881 que é feito em abril geralmente, então se não foi feito está sendo feito. E a gente precisa
882 conhecer até para opinar e ajudar em alguma coisa como o senhor pediu no início.

883 A outra questão também da sua fala é a questão da fiscalização ambiental, que é
884 indispensável e é impossível trabalhar da forma como está sendo trabalhado hoje. Eu
885 sou advogada na minha região, atendo pessoas que cometem infrações ambientais
886 infelizmente, gostaria só de ser ambientalista e não atender essas pessoas, mas o
887 dinheiro vem do trabalho. E tenho caso de um cliente que está sendo processado
888 criminalmente, a Força Verde fez a sua parte, foi lá, fez a autuação, mandou para o IAP
889 e foi para a justiça comum, o processo já teve encaminhamento e até agora o IAP não
890 foi fazer a fiscalização para multar. Faz dois anos.

891 Então, infelizmente se não há esta autonomia da Força Verde fazer a autuação, e
892 para isso é necessário este convênio que só eu já escuto há três ou quatro anos que vai

893 ser feito, vai ser feito e vai ser feito e não anda a coisa. E infelizmente as pessoas
894 aprendem pela dor, não aprendem pelo amor.

895 E a outra questão, que eu considero extremamente importante, que a gente
896 precisaria até trazer um trabalho que foi feito com a SEMA, a SEAB e a Secretaria de
897 Saúde, alguns anos atrás foi feita uma iniciativa com relação ao fumo. E esta iniciativa
898 levou ao levantamento de todas as intoxicações que existem no Estado do Paraná, onde
899 existe a fumicultura.

900 Então, nós temos dados extremamente preocupantes. Prudentópolis, por
901 exemplo, tem duzentos casos de câncer novos por ano. Isso é muito grave. Eu acredito
902 que nenhum de vocês não conhece - antigamente podia se dizer que ouvir um caso de
903 câncer era muito raro, hoje todo mundo conhece alguma pessoa, conhecida ou da
904 família, que está com um problema desses. Então, isso é extremamente importante, que
905 tenhamos isso como um tema que temos que discutir. Por quê? Porque não é só questão
906 de meio ambiente, e além da questão do agrotóxico, saiu agora mesmo um dossiê da
907 ABRASP dizendo que evoluímos de 5.2 litros de agrotóxico por habitante/ano,
908 passamos para 7.3. E aí nós temos um problema maior que é - enquanto o agricultor fica
909 doente é problema dele. Ele que está usando, azar dele. O meio ambiente está doente,
910 também é problema do meio ambiente. Agora, a comida está intoxicada? Opa vou
911 comprar comida orgânica. Então, se eu tenho dinheiro para comprar, beleza! Mas e daí,
912 quando a água está contaminada?

913 No caso de Prudentópolis eu pedi o levantamento da água para a SANEPAR.
914 Em 2012 nós tínhamos 52 tipos de resíduos de agrotóxicos diferentes na água, dentro do
915 limite prudencial que é permitido. Aí eu mandei um ofício para a SANEPAR
916 perguntando: “Vocês estudaram o que acontece tomando 52 tipos de agrotóxicos, no
917 limite?” “Não”.

918 Então, esse é um tema que nos afeta, porque a água é uma coisa que nós
919 precisamos para cozinhar. Quem pode comprar água mineral, cozinha com a água
920 mineral, mas acredito que nenhum de vocês toma banho com água mineral. Então,
921 gostaria de deixar esses temas para discussão no Conselho e principalmente pedir,
922 Secretário, que a gente tenha de fato algumas metas a serem atingidas e que todos
923 possamos colaborar e contribuir para que elas aconteçam e tenhamos resultados no final
924 desse mandato, e a gente não saia frustrado dizendo que viemos participar das reuniões
925 e ainda não saímos do lugar. Obrigada.

926 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo
927 Soavinski (SEMA):- Obrigado. Vou aguardar novas manifestações e faço uma fala
928 final. Ok. Sr. José Gustavo.

929 O Sr. Conselheiro José Gustavo de Oliveira Franco (OAB):- Mais uma vez boa
930 tarde a todos. Sr. Presidente, gostaria de lhe desejar muito sucesso nessa condução.
931 Dizer que é um prazer participar deste e da sua relevância em termos ambientais para o
932 Estado, a OAB teve o privilégio de ser incluída, incorporada no Conselho já há alguns
933 anos. E o papel da OAB, o papel que a OAB gostaria de representar é exatamente um
934 papel de uma campanha que a OAB coloca hoje que é o papel da cidadania ambiental,
935 aliás, especificamente da cidadania como a OAB e da cidadania ambiental como o
936 nosso papel.

937 A ideia é trabalhar sempre e buscar, acredito que o papel do próprio Conselho,
938 na ideia de transparência, informação à população exatamente para garantir a
939 participação, informar a população e a eficiência em matéria ambiental. Todos nós
940 sabemos que hoje o grande problema do Brasil é a dificuldade que se tem em termos de
941 realizar as coisas de forma correta, sem questionamentos, ou seja, a segurança jurídica
942 para saber o que eu posso adequadamente fazer e o que eu não posso fazer e isso causa

943 entaves no processo de licenciamento, causa questionamentos a cerca de licenciamento,
944 a cerca do próprio processo de fiscalização em si e isso é algo que é ruim para todos os
945 lados da sociedade. Essa é a nossa preocupação principal dentro da OAB. Nós estamos
946 lançando uma campanha neste sentido.

947 Então, a nossa bandeira é exatamente primar e gostaria de pedir que
948 pensássemos neste tripé que todos já conhecem que é primeiro o planejamento. Estamos
949 aí às voltas com um prazo muito curto e exíguo para concluir o zoneamento ecológico
950 econômico do Estado.

951 O segundo passo, além deste planejamento, é definir ou fortalecer as políticas
952 indutivas. As políticas repressivas são essenciais, mas elas estão relativamente bastante
953 construídas. Nós precisamos exatamente definir o que podemos e o que é desejável
954 fazer. Quais os potenciais que nós temos e que temos que incentivar buscar esses
955 potenciais.

956 E, por fim, dentro da lógica de transparência e eficiência, exatamente a
957 implementação de procedimentos eletrônicos. Não processos digitais, procedimentos
958 eletrônicos, como nós temos hoje na justiça sendo implantados na esfera federal e na
959 esfera estadual, seja para o processo de licenciamento, como já está sendo feito via SGA
960 aqui com o georeferenciamento. Ou seja, sempre representando no tempo e no espaço o
961 que está acontecendo, mas também o processo de fiscalização, de forma acessível a
962 todos, um portal de transparência ambiental de fato. Acho que este é um pouco do papel
963 que nós podemos aqui de alguma forma contribuir dentro das políticas públicas
964 estaduais. É uma proposição que nós trazemos, além de alguns outros elementos
965 pontuais que, no decorrer das reuniões traremos. Agradeço muito a todos. Muito
966 obrigado.

967 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo
968 Soavinski (SEMA):- Ok. Muito obrigado.

969 E, por último, a Sra. Laura. Só fazendo um parêntese, nós vamos abrir uma
970 excepcionalidade porque é importante que seja o Conselheiro titular ou o suplente, a não
971 ser que alguma outra entidade abra espaço. Como é uma fala livre, uma tribuna,
972 logicamente não vamos deixar a senhora sem falar. Mas é uma excepcionalidade, só a
973 título de registro que pelo o que consta a senhora não é titular e nem suplente. Mas fique
974 à vontade, pode fazer uso da palavra, a não ser que os Conselheiros sejam contra, o que
975 acredito que não. Por favor, fique à vontade.

976 A Sra. Laura de Jesus Moura e Costa (CEDEA):- Obrigada. Boa tarde a todos e
977 a todas. Eu queria saudar o Secretário que assume, aos novos Conselheiros também. Eu
978 não sou titular e nem suplente, mas sou coordenadora geral da entidade. Então, estou
979 aqui justamente porque o titular que é o Cláudio está com um problema de saúde e não
980 pode vir, e o Walter que é o suplente, que é de Almirante Tamandaré, ele também teve
981 um problema familiar e também não pode vir. Então, o CEDEA, para não ficar sem
982 representação, mas já falei em inúmeras outras ocasiões também. Então, não é a
983 primeira sessão que é aberta.

984 Eu queria registrar também que nós fomos eleitos para o CONAMA, para
985 representar as entidades ambientalistas, somos suplentes pelo Rio Grande do Sul, mas
986 estamos lá e vamos tentar fazer esta ponte entre CONAMA e também Paraná.

987 E também queria registrar que nós temos oito ofícios, pelo menos oito, pedindo
988 pauta para as reuniões do Conselho. E nos últimos dois anos ou um ano e meio, então já
989 tinha comentado com o João Batista, nós gostaríamos que os nossos ofícios fossem
990 considerados para estes assuntos serem pautados aqui na reunião do CEMA. Alguns
991 pontos até já foram levantados, mas eu posso até retomar os ofícios que são oito.

992 E uma das questões que nos interessa muito também é o fortalecimento do
993 SISNAMA, desde o CONAMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente, mas
994 principalmente os Conselhos Municipais de Meio Ambiente, o próprio trabalho de
995 campanhas educacionais, a própria educação ambiental. Ontem nós tivemos o dia todo
996 discutindo a educação ambiental nos municípios. Ela se fortalece quanto mais os
997 Conselhos estiverem ativos. Então, é até um espaço de se fortalecer a educação
998 ambiental dentro dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente.

999 Então, gostaríamos desencadeado tanto pela SEMA quanto pelo CEMA, de uma
1000 campanha de ativação, de criação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, mas de
1001 forma bem participava e democrática, porque o que a gente sente também é que muitas
1002 prefeituras encaminham do jeito que dá só para ter o pró-forma. Isso não nos interessa.
1003 Nós queremos Conselhos ativos, participativos da sociedade civil lá dentro e se
1004 posicionando, reivindicando, brigando, como tem que ser. Então, esta é uma questão.

1005 A outra questão é a grande necessidade de capacitação de técnicos que os
1006 municípios têm. Então, esse repasse que a 140 permite acaba sendo impeditivo ou
1007 debilitado quando chega lá e os municípios não têm os técnicos capacitados. Então,
1008 precisaria também um plano bem consequente de capacitação de técnicos dos
1009 municípios.

1010 A outra questão, Secretário, o senhor falou sobre a associação do meio ambiente
1011 com os recursos hídricos. O CEDEA também participa do Conselho Estadual de
1012 Recursos Hídricos, do Comitê de Bacias do Alto Iguaçu, Alto Ribeira e do litoral e a
1013 gente sente uma grande carência num trabalho efetivo na recuperação de nascentes, rios
1014 e córregos.

1015 A Bacia do Ribeira está perdendo volume de água. Não só a Bacia do Ribeira a
1016 do Passaúna também, mas a gente vê a grande necessidade de recuperação de nascentes,
1017 rios e córregos, principalmente em função da destruição ambiental que se vê.

1018 A outra questão, a Vânia tocou no assunto dos agrotóxicos e é uma questão
1019 antiga que a gente tem que enquanto o Estado fica apoiando, defendendo campanhas de
1020 Agrinho não tem como reduzir agrotóxico. Agrinho é uma forma de se estimular o uso
1021 de agrotóxico. Então, acho que precisamos pensar seriamente nesta questão das
1022 campanhas de reversão do uso da própria questão do Agrinho em si.

1023 E por fim, como servidora pública que sou e como ex-presidente do
1024 SINDISEAB e também sou professora, eu não poderia deixar passar sem me manifestar
1025 em relação ao que o Secretário de Planejamento falou. Acho que ele colocou uma visão
1026 de Governo, não sei se de todo o Governo do Estado, mas do Governo Beto Richa, sem
1027 sequer ter dado espaço para os servidores públicos se manifestarem. Mas se fosse tão
1028 boa a proposta que o Governo encaminhou para a Assembleia Legislativa, não
1029 precisaria tanta repressão do jeito que está.

1030 A outra questão, por que não se discute amplamente? Estamos dois meses
1031 discutindo, isso não é verdade. A população não está sabendo com detalhe o que está
1032 acontecendo. O problema da Paraná Previdência é sério, é grave e não é com represália,
1033 com violência, a forma antidemocrática como está sendo tratada esta questão que se
1034 resolve. Pena que o Conselho está um pouco esvaziado, mas quero deixar registrado em
1035 Ata porque não é só porque o Secretário falou aqui que a gente vai aceitar. Inclusive se
1036 for o caso, pôr em pauta e discutir profundamente. Daqui trinta anos vai criar problema
1037 e nem precisa trinta anos. Daqui a cinco ou dez anos o próximo Governo já vai ter
1038 problema com a gestão das aposentadorias e com a Paraná Previdência. O Roberto

1039 Requião acabou de falar na rádio, ele diz que é o suicídio político aprovar este projeto
1040 do jeito que está.

1041 Só registrar isso.

1042 O Sr. Presidente do Conselho Estadual do Meio Ambiente, Sr. Ricardo
1043 Soavinski (SEMA):- Ok. Obrigado pelas palavras dos que se manifestaram.
1044 Encerraram-se os inscritos, vou fazer rápidos comentários. Vou ver se consigo abordar
1045 tudo, mas vou tentar ser bastante rápido para encerrarmos porque já está bastante
1046 esvaziada a nossa reunião.

1047 Dra. Vânia, quanto a questão de metas. Eu acredito que a gente possa, em função
1048 da minha provocação logo no início hoje de manhã, creio eu que isso já tenha sido feito
1049 antes. Como a senhora Laura falou, existem alguns ofícios aqui propondo itens de
1050 pauta, creio que a gente possa juntar o que foi sugerido até agora ou que a gente levante
1051 o que tenha em pauta, outras indicações de pauta que vocês possam fazer a qualquer
1052 momento até a próxima reunião ou não tão em cima da hora, mas dentro de um período
1053 breve para que a gente consiga juntar um conjunto de assuntos e traga aqui e aí sim
1054 estabeleça um cronograma de tratamento.

1055 Acho que seria muito bom se pudéssemos organizar como vamos trabalhar, o
1056 que vamos trabalhar e em quanto tempo, como, ao longo desse biênio. Acho que isso é
1057 importantíssimo.

1058 Eu cheguei a perguntar internamente na Secretaria se era entendimento, se já
1059 tinha sido discutido aqui no CEMA alguma providência ou se haverá necessidade, se
1060 alguém tinha levantado alguma necessidade de um amplo levantamento mesmo de tudo
1061 que tem de resoluções feitas até hoje pelo CEMA e comparando isso a possíveis
1062 mudanças que vão ocorrendo ao longo do tempo na nossa legislação.

1063 Foi me relatado que não tem muita demanda. No CONAMA é ao contrário. No
1064 CONAMA existe um expressivo número de resoluções que nem fazem mais sentido de
1065 existir. As leis já foram alteradas, muita coisa foi alterada, nem se aplica mais, mas
1066 existem ainda.

1067 Então, o Ministério de Meio Ambiente contratou uma consultoria para fazer um
1068 estudo bastante aprofundado do que existe de sobreposições, do que existe e não tem
1069 mais sentido de existir e de algumas lacunas que precisam ser trabalhadas. Isso foi
1070 levantado também pelos Conselheiros do CONAMA, foi um pedido feito, sei que o
1071 Ministério fez o trabalho e vai nos apresentar. Então, isso é muito bacana, muito bom.
1072 Acho que aqui talvez não careça um trabalho de consultoria, mas entre os Conselheiros
1073 cada um fazer a sua análise, tanto do que existe talvez de sobreposições, que não tem
1074 mais necessidade, tanto de novos temas como de questões que já foram tratadas e que
1075 devem ser reavaliadas. Acho que isso é muito bom, porque aí a gente junta este
1076 conjunto e se organiza para tratar da melhor forma possível, preestabelecendo
1077 logicamente as metas. Ok?

1078 Acho que é muito bem-vinda a sua colocação e acho que vai ao sentido do que
1079 eu tinha colocado antes de provocar para que criem as pautas. Eu tinha pedido também
1080 o que tínhamos pendente, e o que me foi colocado foi sobre a questão das espécies
1081 exóticas, que é um assunto que está pendente e nós temos que concluí-lo. Mas, enfim, é
1082 muito bem-vinda e vamos trabalhar neste sentido sim.

1083 A situação do FEMA, a gente pode assumir sim o compromisso de trazer uma
1084 avaliação, como está, o que está planejado, enfim, a situação financeira dele também.
1085 Não há problema.

1086 A questão da fiscalização eu coloquei aqui na minha fala inicial, é um assunto
1087 extremamente importante e deve ser muito bem feito. Acho que tem que ser bastante

1088 aprimorado o modelo que era feito anteriormente. Acho que temos que ter mais
1089 efetividade nas nossas ações, o uso de tecnologias, uma integração maior antes de ir
1090 para as ações de fiscalização. Acho que tudo isso tem que ser atrelado - enfim, só sobre
1091 isso dá para falar muito aqui, mas não é esta a intenção, - tem que ser atrelado a um
1092 trabalho muito bom de ouvidoria.

1093 O IBAMA eu sei que a questão da fiscalização está toda informatizada também,
1094 eles nos ofereceram, acho que ofereceram a outros estados também. Desde o começo do
1095 ano o Callado tem me passado essas informações, a partir desde ano o IBAMA
1096 começou a repassar a parcela da taxa de TFA - Taxa de Fiscalização Ambiental, então a
1097 situação começa a melhorar inclusive sob o aspecto financeiro, pelo menos nesse
1098 quesito. Mas este é um assunto que estou tentando me aprofundar bastante, mas acho
1099 que ele tem que ser muito bem organizado antes de ir para as ações propriamente ditas.

1100 E a questão do fumo, vamos nos aprofundar neste assunto e se tem toda essa
1101 problemática, como a senhora coloca, acho que é um assunto que deve ser trazido para o
1102 Conselho com certeza.

1103 Quanto à questão da transparência, eficiência, informação que o senhor colocou,
1104 Sr. José Gustavo, acho que não tem nem o que comentar. Acho que é por aí que tem que
1105 ser trabalhado, não tenho nada a comentar, ao contrário, muito pelo contrário, acho que
1106 temos que ir nesta linha mesmo e o trabalho que se deseja fazer na linha da proteção e
1107 não só ação fiscalizatória, mas a proteção é muito mais ampla do que a ação específica
1108 fiscalizatória passa por aí. Acho que no processo de transparência, da informação, do
1109 bom tratamento da informação e das ações fiscalizatórias para que tenha efetividade.
1110 Porque não dá para gastar tempo, dinheiro, criar um stress no campo e uma série de
1111 produtores, seja no campo, nas indústrias, onde for, e depois essas multas, esses autos
1112 caírem tanto do ponto de vista administrativo e/ou judicial. Acho que as coisas têm que

1113 ser acompanhadas de laudos muito bem feitos. Isso não é tão difícil de fazer, mas tem
1114 que ter um processo de capacitação, de organização, de orientação muito bem feita.

1115 E quanto à política ser mais indutiva ou ser também indutiva do que só
1116 repressiva, eu concordo plenamente. Acho que têm políticas, principalmente quando a
1117 gente atrela mecanismo econômico extremamente interessante testadas já no Brasil e no
1118 mundo, a gente deve buscar cada vez mais. Claro que em alguns casos ele tem que ser,
1119 tem que continuar como repressiva, como alguém falou aqui, que não é só por amor.
1120 Infelizmente, às vezes tem que doer no bolso. Mas quanto mais puder ir para o lado da
1121 indução, mexer com a consciência ou mesmo por mecanismos econômicos ou
1122 vantagens econômicas é muito melhor, traz muito mais benefícios.

1123 Quanto ao que a Senhora Laura colocou, quanto aos ofícios, se são pontos de
1124 pauta, serão bem-vindos, porque a gente já estava tratando disso. A gente só pede, se
1125 tiverem outros pontos, para mandar para a gente, Da. Laura. Aí a senhora citou alguns,
1126 creio que estejam nos ofícios, a questão do SISNAMA, dos Conselhos Municipais, o
1127 próprio processo de descentralização já induz ou obriga que tenha. Agora, quanto a
1128 fazer funcionar, esta é uma forma de monitoramento, mas aí cabe muito dos
1129 Conselheiros, da municipalidade, de um trabalho de curto, médio e longo prazo, mas
1130 campanhas sempre ajudam.

1131 A capacitação já falei muito. Tenho uma experiência na linha de capacitação do
1132 CMBio, desde quando ele foi criado, sou inclusive funcionário cedido para o Estado. A
1133 gente se ganhou muito nesses anos, ganhou muito em função de capacitação. Nós
1134 montamos, não sei se alguém conhece ou ouviu falar, nós montamos uma academia da
1135 biodiversidade e assim a gente deu o nome. Montamos a nossa 'Acadébio', fica dentro
1136 de uma floresta nacional no interior de São Paulo. Fizemos lá porque é mais ou menos
1137 central no Brasil e já tinha uma estrutura física muito boa e muito grande. Então, tem

1138 todos os tipos de sala, auditórios e alojamento para mais de duzentas pessoas ao mesmo
1139 tempo, com excelente infraestrutura. A infraestrutura nem era o mais importante. O
1140 programa de capacitação que montamos de longo prazo e com os PAC's que chamamos
1141 também, coincidentemente é PAC, são anuais e destinando, doa ao que doer, deixando
1142 mesmo de fazer outras coisas, a gente sempre destinava ali um valor fixo por ano que
1143 tinha que ser investido nisso. No começo foi mais para dentro da casa, depois começou
1144 a ser para os parceiros também. Isso fez uma diferença fundamental nos nossos
1145 trabalhos.

1146 Então, não só no aprendizado, mas na uniformização dos procedimentos entre
1147 todos os funcionários. Isso é muito importante quando a gente atua em nível público,
1148 para cada um não atuar de uma forma e aí dar margem também a possíveis desvios,
1149 entre outras coisas. Acho que está questão de ter os procedimentos bem definidos, ter,
1150 além de procedimentos, os sistemas hoje e a capacitação, ela é fundamental. Ela ajuda
1151 muito, principalmente quando a gente não pode aumentar em quantidade, pelos menos
1152 que a gente aumente em qualidade, já ajuda bastante.

1153 Desculpem-me em me alongar um pouquinho mas são experiências que a gente
1154 passa e a gente vê o resultado que tem e sabe que o Paraná precisa também como quase
1155 em todo o Brasil.

1156 A questão de recursos hídricos e meio ambiente, eu já falei. No Dia Mundial da
1157 Água aqui em Curitiba, eu falei veemente. Tem uma aproximação, mas tem que ser
1158 muito mais. Ontem eu estava no Instituto das águas estava conversando com eles, acho
1159 que esta questão da visão mais sistêmica, enquanto recursos hídricos ela é m necessária
1160 e até lógica, pela interdependência que tem a água dos ecossistemas. Não tem como
1161 separar uma coisa da outra. Então, é uma interdependência mesmo.

1162 E a última questão, Senhora Laura, sobre a questão aqui de Curitiba, de fundos,
1163 eu entendo a posição do Secretário, entendo a sua posição, acho que a gente vive num
1164 país democrático, acho que as pessoas têm liberdade, eu sei que ele falou enquanto
1165 Secretário aqui, porém foi uma manifestação que ele fez, pelo o que a gente está
1166 passando, mas entendo que não é o fórum para discutir este tema. Têm outros fóruns.
1167 Então, a gente pode até registrar em Ata, mas não vamos trazer este assunto para
1168 discussão a não ser que ele tenha uma implicação direta com os assuntos afetos ao
1169 CEMA. Senão a gente não pode até por questões de ordem programática de
1170 competência tratar o assunto da Previdência ou dos aposentados, este tipo de coisa aqui.

1171 Muitos aqui são servidores públicos, cada um tem a sua visão, cada um tem a
1172 sua análise, alguns mais aprofundados outros não, tem tendências políticas, têm visões
1173 políticas, enfim, a gente vive em um país democrático, por sorte, e tomara que
1174 continuemos cada vez fortalecendo mais a democracia. Mas, enfim, a senhora fez o seu
1175 posicionamento, está registrado, teve a sua oportunidade e acho que está colocado aqui,
1176 mas não dá para levar adiante este assunto como pauta do CEMA porque não é afeto ao
1177 CEMA.

1178 Isto posto, vou para o encerramento. Gostaria muitíssimo de agradecer, digo que
1179 foi um prazer, um privilégio presidir hoje a 92ª reunião. Tem muita história aqui que se
1180 passou muita gente já participou muito aqui e para mim que estou há vinte e oito anos
1181 trabalhando como profissional na área de meio ambiente e como servidor público
1182 também, mais aqui agora notadamente no meu Estado, foi um prazer muito grande
1183 presidir esta reunião.

1184 Dou por encerrada esta reunião. Muito obrigado. (Palmas).